

DILEMAS DA CULTURA E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antonio Albino Canelas Rubim

RESUMO

O agendamento da cultura e democracia caracterizam o mundo e o Brasil contemporâneo. A democracia domina o cenário atual por meio de um complexo conjunto de variantes, que se debatem entre complementariedades possíveis e contradições flagrantes. Na atual circunstância mundial, a democracia tem se afirmado enquanto valor (quase) universal, ainda que em versões e visões muitas vezes visivelmente contrastantes e conflitantes. Daí as ferozes disputas que acontecem em seu nome, envolvendo sua definição e sua delimitação. Na contemporaneidade, inúmeros conflitos perpassam sua onipresença e onipotência. Em resumo, sua hegemonia como valor reivindicado por (quase) todos, funciona fundada em um conceito-ônibus, no qual tudo parece caber. Todos conclamam e proclamam a democracia, mas, como anotado, estas manifestações vêm acompanhadas por intensas lutas por sua definição e delimitação. Assim, a democracia e seus conflitos adquirem uma centralidade na cena atual internacional e nacional. Com a cultura acontece algo similar, só que em intensidade bem mais branda, pois ela surge como um campo de disputa mais leve.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; democracia; Brasil

ABSTRACT

The culture and democracy agenda is both a global characteristic and a feature of contemporary Brazil. Democracy dominates the current scenario through a complex set of variants that have given rise to a debate between possible complementarities and obvious contradictions. In today's world, democracy has established itself as an (almost) universal value, albeit through versions and visions that often contrast and conflict. Hence the fierce disputes that take place in its name, concerning both its definition and delimitation. In modern times, countless conflicts reflect its omnipresence and omnipotence. In short, its hegemony as an (almost) universally claimed value, is based on the concept of one-size-fits-all. Everyone demands and proclaims democracy, but, as has been noted, such manifestations are characterized by intense struggles over its definition and delimitation. Thus, democracy and its conflicts have become central to the current national and international scene. With culture, something similar takes place, though less intensely, since it comes from a less contentious arena.

KEYWORDS

Culture; democracy, Brazil

Sem pretender ser exaustivo, aparecem como temas em acirrado embate no universo da democracia inúmeras constelações, muitas delas expressas em polarizações marcantes. Para além das peculiaridades vivenciadas pela democracia nos variados ambientes societários, o contexto mundial contemporâneo coloca inúmeros e novos desafios à democracia. Impossível fazer uma enunciação mais consistente e detalhada deles. Torna-se necessário, ainda que de maneira panorâmica, enumerar alguns dos principais dilemas experimentados hoje pela democracia.

As disputas já nascem nas próprias denominações acionadas para falar das democracias. Um primeiro exemplo: a distinção entre democracia formal e substantiva, entre conceber a democracia como conjunto de procedimentos a serem acatados e respeitados por todos ou como processo que deve assegurar, viabilizar e tornar efetivos os direitos conquistados pela cidadania. Um segundo exemplo: a diferenciação entre democracia representativa e participativa, uma perpassada pelo profundo mal-estar vivido hoje, em inúmeros países, pelos dispositivos de representação; a outra configurada por recentes experimentos de participação, ainda historicamente imaturos. Tais exemplos permitem antever tentativas contrapostas de confronto e conjugação entre modalidades de democracia, desenvolvidas sempre em relações carregadas de tensões.

Além das modalizações inscritas na noção e na prática da democracia, ela visita a cena contemporânea por meio de diferentes lutas empreendidas contra autoritarismos vigentes na sociedade, visando equacionar grandes e pequenos poderes, como também atentados impetrados e reivindicados pró e contra a democracia. Intervenções realizadas em nome da democracia têm produzido resultados muito desiguais: em alguns casos verdadeiros aprofundamentos dos direitos, das liberdades e da participação cidadã, em outras circunstâncias produz uma anomia societária, bem distante de quaisquer condições e veleidades democráticas. As chamadas “primaveras árabes” surgem como exemplos emblemáticos de destinos profundamente desiguais. Todo este conjunto de episódios instalam, de modo benéfico ou perverso, insistentemente a democracia na agenda atual, fazendo dela um tema onipresente no cenário contemporâneo.

A disputa que envolve suas denominações, definições e delimitações e as intervenções efetivas desenvolvidas em seu nome no mundo contemporâneo não esgotam os dilemas vivenciados pela democracia hoje. Rearranjos societários marcam a contemporaneidade e eles impactam de modo vigoroso sobre a democracia e a cultura. Cabe visitar alguns deles, mesmo de maneira panorâmica.

Amplos são os dilemas colocados à democracia pela redefinição do lugar ocupado pelos países na atualidade com o florescimento de organismos e governanças supranacionais de diferentes tipologias, todas elas ainda com estruturas e procedimentos democráticos frágeis, quando não inexistentes. Nascida em sua versão moderna no âmbito das nações, a democracia se vê interpelada pela emergência destas novas modalidades de organismos e governanças supranacionais, que hoje detêm poderes significativos para a conformação do mundo em que vivemos. Organizações internacionais e grandes blocos regionais retiram poderes dos países e afetam as soberanias nacionais, lugares tradicionais de desenvolvimento da democracia na modernidade. Além dos organismos

supranacionais, megaempresas multinacionais emergem na cena contemporânea, produzindo gigantescas concentrações de poder em um visível descompasso com a socialização do poder, entendida como condição de base para a própria possibilidade de existência da democracia. A glocalização tensiona a democracia e também a cultura. Ela exige que ambas se adequem às novas sociedades e institucionalidades.

As mutações da sociabilidade contemporânea, ocasionadas pelas imensas transformações dos sistemas de transportes e comunicações, com a configuração de uma sociedade em rede, constituíram um novo modo de sociabilidade, distinto da modernidade. Este admirável novo mundo conjuga umbilicalmente convivência, vivência em presença, e televivência, com suas vivências à distância, e, por conseguinte, altera os padrões de funcionamento da sociabilidade, da política, da democracia e da cultura, que passam a depender para sua realização de espaços não geográficos, de formatos midiáticos, conectados por redes digitais, que envolvem e ambientam a vida em tempo real e planetariamente. A democracia, a política e a cultura forjadas em suas versões modernas em uma ambiência na qual a convivência presencial em espaços geográficos era preponderante se vêm obrigadas a significativas mutações. Assim, a democracia, a política e a cultura são desafiadas a se adequar a esta nova sociabilidade em rede, que combina de maneira umbilical o global e o local. A expressão glocal surge como feliz síntese da experiência que caracteriza e singulariza o contemporâneo. Aos antigos espaços geográficos se entrelaçam espaços virtuais, as convivências passam a ser perpassadas cotidianamente por televivências, vividas à distância, com graus de realidade similares às vivências em presença.

As nanotecnologias, com a desmaterialização de bens e serviços, possibilitam a irrupção de um cenário societário em que o conhecimento passa a ser componente vital para a acumulação capitalista, inaugurando um novo momento do capitalismo, uma espécie de capitalismo cognitivo. A globalização viabiliza, dentre outras dimensões, a conexão econômica em nível mundial, fortalecendo o capitalismo financeiro e as configurações neoliberais tecidas por ele, que impõem como modelo para a sociedade a sua regulação pelo mercado e a redução do estado, com evidentes prejuízos para espaços públicos, política, democracia, cultura, liberdade, fraternidade, justiça e igualdade sociais.

Em suma, trata-se da tensa passagem histórica da modelagem instituída pela modernidade para outra, distinta, que busca traduzir a vida na contemporaneidade, em inusitadas sociabilidades, instituições e governanças, com imensos desafios para a democracia e a cultura, conformadas historicamente na modernidade e hoje desafiadas a tecer novos formatos que as ajustem ao mundo contemporâneo. Não cabe aqui adentrar nas polêmicas que contrapõem e mobilizam posicionamentos pós-modernos, neomodernos e outros. Apenas se faz necessário afirmar que a democracia e a cultura estão jogadas no turbilhão desta avassaladora transição societária, com seus enormes avanços e retrocessos.

Em tal circunstância histórica, a cultura adquire atualíssimas modalidades de produção, circulação e consumo; conteúdos e formatos inovadores; além de assumir transversalidades, com esferas da ciência, comunicação, economia, educação, política,

tecnologia, turismo e outras áreas, por vezes inusitadas. A cultura associada a suas manifestações identitárias, às diversidades culturais e aos diálogos interculturais tensionam a democracia, em busca de inauguradores direitos culturais, que lastreiam a cidadania cultural, nova dimensão do direito a ter direitos, conforme instigante concepção de cidadania. Em suma: cultura, direitos, cidadania, política e democracia estão imersos em abertas e profundas mutações.

O panorama desenhado, genérico e rápido, serve para contextualizar os desafios e dilemas que impactam as conjunções entre cultura e democracia aqui esboçadas. Apesar das marcas e marcações locais, sua experimentação se dá em contextos que combinam de modo desigual condicionantes e fluxos globais, como os assinalados, e locais, derivados de cada circunstância econômica, política e cultural específica. Em suma, o global emerge em toda sua potência. Importa, por conseguinte, realizar um novo movimento: o enfrentamento destes impasses e interlocuções em um ambiente econômico, político e cultural determinado: o Brasil do século XXI.

Registrado o agendamento da democracia e sua interface com a cultura no cenário internacional, cabe focar o olhar e tentar desvelar as relações entre cultura e democracia no Brasil de hoje. De imediato, registre-se que a circunstância brasileira atual é sinônimo de crise política, econômica e cultural. Desde o golpe midiático/jurídico/parlamentar de 2016, o tema da democracia ganhou centralidade, bem como a discussão deste novo tipo de golpe (Jinkings, Doria & Cleto, 2016). O campo cultural se colocou de maneira majoritária em defesa da democracia e contra o golpe. Este posicionamento atingiu mesmo alguns setores culturais que discordavam em termos políticos do governo Dilma Rousseff. Este texto busca analisar as relações entre cultura e democracia no conturbado contexto brasileiro atual.

DILEMAS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Começa a florescer no país um interessante debate, ocasionado pela ruptura democrática de novo tipo vivenciada no Brasil, sobre os condicionantes históricos que possibilitam compreender os traços autoritários que inibem a democracia no país e viabilizam a configuração recorrente de estados de exceção. Um dos nomes centrais da discussão travada, o sociólogo Jessé Souza, tem insistido no abandono analítico do paradigma da centralidade colocada na colonização portuguesa e na sua substituição pelo passado escravista singular, vivido intensamente pelo Brasil, mas bem distante da experiência vivenciada por Portugal (Souza, 2015, 2017). Tal interpretação ocasiona viva polêmica não só pelo estilo do autor, como igualmente pela radical revisão empreendida com a superação de explicações relativamente consolidadas no Brasil, desde Gilberto Freyre (1990) e Sérgio Buarque de Holanda (2005), dentre outros.

Tomar a escravidão como eixo analítico fundamental para a conformação do Brasil e sua profunda desigualdade social, suas dificuldades democráticas e seus autoritarismos persistentes parece instigante para desvelar a realidade brasileira contemporânea. Esta atitude interpretativa não só redefine eixos analíticos sedimentados no pensamento

e mesmo no cotidiano brasileiro, como produz uma notável reinserção do tema da escravidão no contexto político nacional. Ela deixa de ser reivindicada especialmente pela população negra em suas lutas por reparação social, na construção de sua memória e sua identidade político-cultural e passa a ser uma questão abrangente para todos os brasileiros, pois define as conformações do Brasil atual e de suas dificuldades de existência democrática. Este deslocamento torna a escravidão e suas sequelas uma questão central a ser enfrentada pela política e pela cultura brasileiras, em suas modalidades, singularidades e temporalidades necessariamente distintas.

Para além desta atual revisão histórica, outros autores, em vertentes teóricas diferentes e até conflitantes, já haviam assinalado o autoritarismo estrutural que impregna a história brasileira, mesmo em tempos ditos democráticos e não ditatoriais. Florestan Fernandes (1975) fala do processo de modernização conservadora que constitui o país. Marilena Chaui (2000) anota autoritarismos persistentes no mito fundador da nação brasileira. Carlos Nelson Coutinho (2000) aponta como as transições brasileiras acontecem sempre por acordos entre os dominantes, com a constante exclusão dos setores subalternos nestes processos de mudança, impondo limitações, inclusive acerca da amplitude e profundidade das transformações. Em suma, todos eles assinalam como dado fundamental a ser levado em conta o autoritarismo estrutural que impregna a sociedade brasileira.

A dificuldade com a amplitude das mudanças societárias pode ser exemplificada por circunstâncias históricas peculiares como a independência conduzida pelo herdeiro do trono português ou a república proclamada por um militar próximo da monarquia. Os raros momentos em que aconteceram governos dissonantes, em patamares distintos, com as classes dominantes, terminaram sempre em rupturas da normalidade democrática. Em 1954, a brutal oposição das elites ao segundo governo democrático e nacionalista de Getúlio Vargas ocasionou o suicídio do presidente eleito. Em 1964, o presidente João Goulart, que buscava desenvolver reformas de base para incorporar setores populares ao capitalismo brasileiro foi derrubado através de um golpe civil-militar, com a apoio dos Estados Unidos. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff, reeleita pela Partidos dos Trabalhadores, foi destituída do governo por meio de um golpe midiático-jurídico-parlamentar.

Em todos estes acontecimentos históricos, governos diferenciados daqueles das elites brasileiras, que buscavam incluir setores populares no desenvolvimento nacional, foram derrubados por forças políticas representativas das classes dominantes brasileiras, por meio de procedimentos bastante similares, apesar da diferença das épocas vivenciadas: utilização intensiva de uma imprensa unanimemente partidária e posicionada como verdadeiro ator político; acionamento seletivo de acusações de corrupção; críticas ao “populismo” na gestão do governo e na relação com os setores subalternos, que viabilizava atendimento a algumas demandas de setores não dominantes; uso de um discurso de defesa de uma “democracia” supostamente ameaçada. A dificuldade de convivência com a democracia fica evidente nestes períodos históricos que fogem aos parâmetros e prescrições estritos dos governos das classes dominantes brasileiras.

No momento em que vivemos, o estado de exceção implantado impõe, com o apoio de um congresso corrompido pelo financiamento empresarial das campanhas políticas e por outras negociatas, um conjunto de “reformas” ultraliberais que retiram direitos, intensificam as desigualdades sociais, privatizam patrimônios públicos e redefinem a posição do Brasil no mundo através da negação da política externa independente e do retorno a uma política externa de subserviência aos interesses e países dominantes. No âmbito interno, o desrespeito às normas democráticas de convivência social provocado pelo golpe midiático-jurídico-parlamentar propicia a irrupção de um clima de desmandos e de atentados às liberdades, que se expressam em intervenções contra exposições artísticas, universidades e outras instituições e manifestações. A imprensa e o judiciário, não democratizados pelos governos pós-ditadura civil-militar, participam ativamente da construção deste estado de exceção contraposto à democracia no país por meio de apoios explícitos ou do silenciamento proposital acerca das agressões aos direitos e às liberdades democráticas.

DILEMAS DA CULTURA NO BRASIL

Até aos inícios do século XX, o Brasil se pretendia, na visão de suas elites, uma nação ocidental de população branca. Os povos originários, subjugados, e os negros, trazidos à força pela escravidão, eram esquecidos e silenciados, no possível. O ideal pretendido de branqueamento da população brasileira aparece como uma das principais fontes de inspiração do estímulo da imigração europeia que ocorre no final do século XIX e começo do século XX. O imaginado processo de “civilização” do Brasil, branco e ocidental, implica esquecer a profunda desigualdade social conjugada com o não reconhecimento dos negros e dos povos originários, discriminados, inviabilizados e silenciados.

Nos anos 30 do século XX, o governo brasileiro abandona esta narrativa e passa a enfatizar a tese oficial da miscigenação como singularidade nacional. Em suas vertentes mais extremadas tais formulações chegam a proclamar uma “democracia racial” no país. Desde então, tal discurso oficial perpassa a sociedade e inclusive o campo da cultura. Afirma-se a cultura brasileira como proveniente e síntese de diferentes raízes culturais: branco-ocidentais, dos povos originários e das nações negras trazidas para o Brasil. Entretanto, este discurso oficial não concretiza reconhecimento e tratamento equânime das chamadas “raízes” culturais. A supremacia da cultura branco-ocidental se impõe de modo avassalador e quase sempre em suas versões mais conservadoras, contrárias a ideais de tipo iluminista, anarquista, socialista, trabalhista, comunista, vanguardista etc.

As culturas negras e dos povos originários, apesar da boa vigência na realidade nacional, têm sido discriminadas, exploradas e até perseguidas e reprimidas. O ínfimo apoio por parte do estado nacional denuncia a situação de “esquecimento” e subalternidade a que elas estão submetidas. As pungentes culturas afro-brasileiras só obtiveram alguma institucionalidade no estado brasileiro no ano de 1988 com a criação da Fundação Cultural Palmares, em uma conjuntura marcada pela atuação do movimento negro organizado na recente luta contra a ditadura e pelos 100 anos da tardia abolição da

escravidão no Brasil, o penúltimo país a acabar juridicamente com a escravidão negra, apesar de ser um dos maiores destinos do tráfego negreiro no mundo. Estimativas indicam mais de quatro milhões de negros trazidos à força para o Brasil nos terríveis navios negreiros. Estudo em andamento tem apontado os raquíticos orçamentos destinados à Fundação Cultural Palmares em escandaloso contraste com a exuberância das culturas negras brasileiras (Guimarães, 2017). A cultura dos povos originários até hoje, quase 90 anos depois da entronização do discurso oficial das “raízes” da cultura brasileira, em situação ainda mais desfavorável, não conseguiu nenhuma institucionalidade e nem sequer políticas culturais específicas.

Em resumo, os quase noventa anos de vigência do discurso oficial das três fontes constitutivas da cultura brasileira não significaram um reconhecimento efetivo e um tratamento mais equânime das culturas negras e dos povos originários no país. Passados todos estes anos, o estado nacional e a sociedade continuam a desmerecer e mesmo discriminar tais manifestações culturais, por certo hoje em patamar menor, e privilegiar a cultura branco-ocidental, entronizada muitas vezes como a cultura admirada e apoiada pelas políticas culturais vigentes. Continua visível a distinção entre tais culturas com suas imensas repercussões culturais, políticas, sociais e econômicas.

As dificuldades das culturas brasileiras não se limitam aos descompassos entre discursos oficiais e políticas culturais efetivas. Elas sofreram concepções e constrangimentos que afetaram profundamente seu desenvolvimento e suas características no Brasil. Elas foram prejudicadas pela prevalência de uma visão ornamental da cultura (Coutinho, 2000). Elas estiveram fora do lugar como nos momentos de convivência entre escravidão e ideias liberais (Schwarz, 2005). Elas se submeteram a institucionalidades tardias, como as relativas à implantação da instituição universitária no Brasil somente no século XX. Elas tiveram seus momentos e movimentos mais brilhantes interditados por regimes autoritários como ocorreu com o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Enfim, as relações entre cultura, sociedade, política e democracia têm se mostrado bastante problemáticas e tensas no Brasil.

DILEMAS E IMPASSES DA CULTURA NO BRASIL ATUAL

Aos desafios contemporâneos experimentados pela democracia no mundo somam-se os problemas inscritos na história e no presente brasileiros. A trajetória histórica desenhada, em esboços bem genéricos, permite construir um contexto que pode dar sentido e iluminar o presente. Para visitar o tempo atual é necessário assinalar que uma investigação histórica acerca das políticas culturais no país resultou na conclusão de que esta história tem sido marcada por três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades (Rubim, 2011). O livro citado analisa como estas tradições de políticas culturais foram enfrentadas ou não pelos ministros da cultura Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010).

A gestão da cultura nos dois governos Lula (2003-2010) colocou o estado como agente promotor, formulador e executor de políticas culturais, tentando superar a

tradição das ausências. Para lidar com os autoritarismos, buscou desenvolver políticas culturais em tempos e termos democráticos, com a adoção de uma noção ampliada de cultura e através de políticas públicas baseadas em expressiva participação das comunidades culturais na discussão e na deliberação sobre as políticas, assegurada por meio de debates, seminários, conselhos, câmaras/colegiados e conferências nacionais de cultura. As instabilidades foram combatidas pela construção de políticas de estado, tais como o decenal Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado como emenda constitucional em 2005 e como lei substantiva em 2010, e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), iniciado nos primeiros anos da gestão e tornado norma constitucional em 2012.

Alguns dispositivos de políticas culturais possibilitaram o enfrentamento em conjunto das três tristes tradições. O PNC aparece como bom exemplo. Ele busca superar ausências, autoritarismos e instabilidades com a constituição de políticas culturais democráticas de longo prazo. Estudo recentemente realizado demonstrou como o processo de elaboração do PNC viabilizou não somente a participação ampla de agentes e comunidades culturais, mas possibilitou que propostas originadas deles fossem incorporadas ao PNC (Turenko, 2017). Deste modo, o Plano Nacional de Cultura age, de maneira simultânea, contra: as ausências, porque trata-se de uma política efetiva; os autoritarismos, porque foi elaborado de modo democrático e participativo; e as instabilidades, porque prevê uma temporalidade longa e para além de governos específicos.

Por óbvio, o embate com as persistentes tradições das políticas culturais no Brasil não se fez sem contradições e problemas. O livro sobre o governo de Lula trata igualmente das várias limitações das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira. Mesmo considerando tais limites, a gestão da cultura no Brasil no período 2003-2010 alcançou um admirável patamar político-cultural. Este período representou um ponto fora da história das três tristes tradições que marcam a história da gestão cultural no país. A hipótese da reinvenção do Ministério da Cultura nestes anos não parece absurda e descabida. Ela pode ajudar a explicar alguns acontecimentos recentes vividos pela cultura no Brasil, como a reação à tentativa de extinção do próprio ministério, acontecida no bojo do golpe. Estas temáticas serão retomadas adiante no texto.

No Governo Dilma Rousseff este patamar não se manteve. Ele foi rebaixado nas gestões das ministras Ana de Holanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014). Algumas políticas relevantes foram continuadas, ainda que em ritmo brando, como o PNC, que teve definidas suas metas em 2011; o SNC, aprovado em 2012 e não regulamentado em lei até hoje, e o Programa Cultura Viva, com seus conhecidos pontos de cultura, cuja lei nacional foi deliberada em 2014. Mas o patamar de atuação político-cultural, nacional e internacional, do Ministério da Cultura diminuiu visivelmente (Calabre, 2015; Rubim, 2015). O ministério deixou de formular, agir e mobilizar as comunidades culturais e a sociedade brasileira no nível dos anos anteriores. O rebaixamento do patamar de atuação foi visível nacional e internacionalmente.

O retorno de Juca Ferreira ao ministério, em 2015, no segundo governo Dilma, pretendeu retomar uma atuação mais dinâmica. Esta intenção não foi alcançada. A convulsionada conjuntura política daqueles anos (2015-2016), engendrada pela crise econômica

e pelo golpe em curso, sob o invólucro de processo de impeachment, paralisou todo o governo, inclusive o Ministério da Cultura. Pouco foi possível fazer neste turbulento contexto. As energias de todo o governo e do próprio ministério foram dragadas pela crise política e econômica. O curto espaço de tempo da nova gestão de Juca Ferreira, menos de dois anos, também pesou na dificuldade de realização dos intentos desejados.

Apesar do rebaixamento do patamar no primeiro governo Dilma e da impossibilidade de retomada do patamar inicial no seu segundo mandato, o balanço das gestões petistas no período 2003-2016 na esfera da cultura e, em especial, das políticas culturais aponta para avanços importantes na busca de superação das tristes tradições, como os inscritos no PNC, no SNC, na participação democrática nas decisões das políticas culturais e em diversos programas, a exemplo do Cultura Viva, hoje desenvolvido em sua versão Cultura Viva Comunitária, em mais de quinze países da América Latina (Turino, 2015; Rubim, 2017). Outros programas relevantes devem também ser lembrados como marcos deste momento especial vivido pela gestão cultural nacional. Dentre muitos, podem ser citados e lembrados: Brasil Plural; Doc-TV; Revelando Brasis; Brasil de Todas as Telas; Mais Cultura na Escola e Mais Cultura nas Universidades. Sem dúvida, o Ministério da Cultura viveu um dos seus momentos mais consistentes e criativos, mesmo com certas limitações.

Apesar de alguns esforços e iniciativas, os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) não foram capazes de confrontar e equacionar algumas questões vitais para consolidar as políticas de diversidade cultural e os diálogos interculturais desenvolvidas naqueles anos de modo inovador. As dificuldades derivaram de diferentes fatores, algumas mais estruturais, como o lugar frágil tradicionalmente ocupado pelo ministério no âmbito geral dos governos, inclusive com relação aos recursos orçamentários destinados ao órgão, e outros mais conjunturais, como dificuldades específicas de gestão. Três problemas devem ser destacados no âmbito do texto, dada sua relevância e impasses persistentes.

Primeiro, o perverso sistema de financiamento e fomento à cultura no Brasil, alicerçado em leis de incentivo não foi modificado, apesar dos debates e da iniciativa de envio ao Congresso Nacional do projeto intitulado Pró-Cultura, que institui um novo modelo de apoio à cultura, mas só encaminhado no último ano do governo Lula e sem obter a devida atenção no governo Dilma. O sistema vigente até hoje depende quase integralmente de leis de incentivo, com isenções fiscais que giram em torno de 100% do valor antecipado pelas empresas. O apoio direto do estado nacional, via Fundo Nacional de Cultura, além de insignificante, apresenta problemas em uma perspectiva de gestão democrática e republicana (Paiva Neto, 2017). Em suma: o modelo atual de financiamento e fomento ainda se baseia no dinheiro público decidido pelas empresas, que privilegiam a cultura mercantil em detrimento do complexo universo de bens e manifestações inerentes à cultura (Rubim, 2016).

A criatividade e a diversidade sofrem enormes prejuízos com este modelo unilateral de financiamento e fomento à cultura inadequado para incentivar a rica diversidade cultural brasileira (Rubim & Vasconcelos, 2017). O modelo de financiamento e fomento

à cultura hegemônico vigente, mesmo depois dos 14 anos de governos petistas, não atende as políticas de diversidade cultural implantadas nestes anos. Ele, aprisionado pela lógica das leis de incentivo fiscal, não tem capacidade de abranger as demandas complexas e plurais do campo cultural. Ele somente se volta para as manifestações culturais mais vinculadas ao mercado, que contemplem os interesses de marketing cultural das empresas, supostamente patrocinadoras, mas sempre com uso intensivo e quase exclusivo de dinheiro público. A maior parte da complexa trama cultural pura e simplesmente não obtém apoio e recursos para o seu desenvolvimento, comprometendo a promoção e a preservação da diversidade cultural brasileira.

O segundo aspecto, crucial para as políticas de cultura, deriva de sua desconexão com a educação. A ausência de enlace destas políticas marca a história brasileira desde sempre, seja na época do ministério conjunto destinado às duas áreas (1953-1985), seja após a separação acontecida de 1985 em diante. O governo Lula fez pouco nesta área. Durante a presidenta Dilma, dois dispositivos conjuntos e inaugurais dos ministérios da Educação e da Cultura buscaram estabelecer tais conexões: os programas “Mais Cultura nas Escolas” e “Mais Cultura nas Universidades”. Dada a envergadura e a gravidade da desconexão e o pouco tempo experimentado pelos programas não se tem ainda medidas consistentes para avaliar de maneira rigorosa seus impactos. Existem diversos estudos em andamento, que não permitem hoje uma avaliação substantiva e mais definitiva. Por certo, além destes programas iniciais, a superação da complexa situação exige medidas mais profundas e de mais longo prazo.

A terceira questão envolve as relações entre cultura e comunicação midiaticizada. A opção do governo brasileiro por um sistema privado de comunicação, desde quase seu início ainda nos anos 30 do século XX, criou um verdadeiro fosso entre as políticas de cultura e de comunicação no país. O descolamento se tornou mais acentuado com a deliberada política de “segurança nacional” da ditadura civil-militar de integrar o país em termos simbólicos via telecomunicações e comunicação, o que resultou nas redes de emissoras de rádio e, principalmente, de televisão até hoje existentes no país.

Neste horizonte, registre-se que a televisão aberta tem um papel avassalador no Brasil, inclusive para a formatação de uma cultura efetivamente compartilhada pelos brasileiros. As telenovelas assumem lugar de destaque nesta configuração cultural (Rubim & Rubim, 2004). Elas, para além de meros teledramas, tornaram-se bens simbólicos que habitam, alimentam e configuram o cotidiano dos brasileiros, fazendo parte de sua experiência de viver o mundo. Para além desta dimensão de construção simbólica de experiências de vida, as telenovelas conformam uma potente indústria de cultura, em âmbitos nacional e internacional. Tais produtos televisivos são hoje exportados para mais de cem países em todo mundo.

A televisão aberta no Brasil estruturou um modelo televisivo em moldes nitidamente antidemocráticos, porque altamente concentrado e centralizador. As cadeias televisivas estão nas mãos de pouquíssimas famílias, que controlam fortemente a televisão aberta. Ela funciona em rede nacional quase todo tempo, inviabilizando a produção de uma programação regional e local. Mais de 90% da programação da televisão brasileira

provém das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Some-se a ínfima produção regional e local, o descolamento radical entre a atuação das emissoras de televisão, potentes agentes culturais conforme anotado acima, e as dinâmicas culturais regionais e locais. As televisões não estão abertas para vincular a produção cultural regional e local, nem sequer para divulgar, de modo cotidiano, a existência destes bens culturais. No Brasil, elas se tornaram veículos distantes das culturas regionais e locais e, na prática, adversárias da diversidade cultural, oriunda dos territórios que compõem a nação brasileira. A ausência das poderosas culturas regionais brasileiras das telas da televisão aberta é sintoma emblemático desta postura contra a diversidade cultural que constrói a rica cultura brasileira.

Tal quadro se torna ainda mais grave se recordamos outra característica da televisão aberta brasileira: ela própria produz praticamente toda a sua programação, com exceção dos filmes enlatados norte-americanos e dos programas religiosos, que inundam a televisão e que, em geral, compram seus espaços na televisão. Esta característica mais uma vez dificulta a produção, circulação, distribuição e divulgação de bens e serviços, que constituem a diversidade cultural brasileira.

Apesar da Constituição de 1988 prever a conformação de um modelo de televisão composto por emissoras estatais, privadas e públicas, fundamental para a democratização da comunicação no Brasil, ele não conseguiu ser efetivado. O mesmo acontece com a regionalização da programação da televisão também inscrita na Constituição Federal de 1988. Forças conservadoras e a grande imprensa impediram, até hoje, a regulamentação em lei do que está definido na Constituição Federal. Ou seja, o dispositivo constitucional não tem sido aplicado desde a sua conquista e a televisão aberta brasileira continua altamente concentrada e centralizada, com todos os prejuízos que isto acarreta para a sociedade e para a cultura nacionais, bem como para a diversidade cultural brasileira.

O Ministério da Cultura, com destaque para a gestão de Gilberto Gil, tentou enfrentar tais enlaces por meio de diferentes iniciativas. Ele propôs a transformação da Agência Nacional de Cinema (Ancine) em Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav), para ampliar sua área de atuação no registro da comunicação. A proposta foi intensamente combatida pela grande imprensa, por criadores culturais ligados a ela e por setores conservadores. O governo de Lula recuou e retirou o projeto de pauta. No restante da gestão Lula e no governo Dilma nenhuma medida substantiva foi retomada nesta perspectiva. Foram notáveis a ambiguidade e a falta de iniciativas mais contundentes de ambos governos em tema tão vital para a democracia e diversidade cultural (Lima, 2012).

Diferente de muitos países em todo mundo, inclusive Portugal, não existe no país uma lei geral das comunicações que ordene democraticamente esta dimensão da sociedade. O código de telecomunicações vigente data de 1962. Todas as tentativas realizadas no sentido de dotar o Brasil de uma legislação democrática neste campo têm sido hostilizadas brutalmente pela grande imprensa e pelas classes dominantes, sempre recorrendo à denúncia de supostos atentados à liberdade de imprensa e de intentos de implantação do arbítrio e do autoritarismo no trato com a comunicação. Reiteradamente

emerge uma questão cara à democracia: por que este espaço da sociedade não pode se submeter a um ordenamento democrático como o restante da sociedade em uma situação de vigência da democracia? No horizonte de parâmetros democráticos tal posição é insustentável.

A iniciativa de discussão de constituição de uma ampla televisão pública no Brasil também foi capitaneada, de início, pelo Ministério da Cultura, com forte oposição do Ministério da Comunicação do governo Lula. Finalmente criada em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação, com sua TV Brasil, se instalou na Secretaria de Comunicação do governo e contou no seu começo com membros advindos do Ministério da Cultura, que pouco-a-pouco foram sendo descartados. O projeto perdeu em consistência e em radicalidade, já bastante atingida desde a sua criação pelas negociações no Congresso Nacional para a sua aprovação (Rocha, 2014).

Consumada a derrubada do governo Dilma e do projeto de transformação democrática no país, uma das primeiras medidas do estado de exceção dirigido por Michel Temer foi propor a extinção do Ministério da Cultura. Ela só não foi consumada pela resistência de artistas, intelectuais, agentes, grupos e comunidades culturais, que, dentre muitas ações e manifestações, ocuparam sedes do Ministério da Cultura em todos os estados brasileiros, com atividades político-culturais criativas e de grande visibilidade, o que fez o governo recuar na extinção do ministério. Dado relevante na luta: a negativa de seis mulheres expressivas do campo cultural convidadas para assumir a então secretaria, colocada em lugar do ministério. Esta primeira vitória contra o estado de exceção não assegurou a manutenção das políticas culturais que vinham sendo desenvolvidas. O programa ultraliberal do governo; as pessoas indicadas para o ministério; a instabilidade instalada no órgão, com quatro ministros em menos de dois anos e os drásticos cortes orçamentários inviabilizam a continuidade das significativas políticas culturais inauguradas na gestão de Gilberto Gil.

A situação da cultura torna-se mais grave com o clima de polarização e ódio criado no país, em especial, pela grande imprensa, totalmente partidarizada, e pelo vale tudo que tomou conta do país e da política brasileira, com a ascensão de um governo sem a legitimidade democrática do voto e marcado por graves acusações de corrupção. Os atentados, inclusive assassinatos, contra lideranças e grupos sociais subalternos ou minoritários, sejam eles rurais ou urbanos, se intensificou. A perseguição aos divergentes avançou. Fortes agressões à liberdade de expressão e criação emergiram na sociedade, em decorrência deste clima. Diversas exposições artísticas foram ameaçadas, atacadas e suspensas, por visões reacionárias e moralistas acerca do corpo e da sexualidade. Seminários acadêmicos têm sido igualmente ameaçados e até interditados. Universidades têm sido invadidas e seus dirigentes humilhados com a utilização de diversos pretextos. Enfim, o ambiente de liberdades públicas e de democracia vivido nos governos Lula e de Dilma dá lugar à violência e a falta de liberdade, inimigas da criação e dos debates culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçada a retrospectiva panorâmica e o quadro atual das tensas relações entre cultura e democracia no Brasil, podem ser aventadas algumas considerações sobre os impasses das conexões entre cultura e democracia nos tempos recentes no país. A conjuntura atual parece expressar e espelhar os atritos e embates que caracterizam a história do Brasil. Aqui não parece haver novidades: a cultura volta a ser assumida pelo governo como privilégio de classe, em suas vertentes mais conservadoras e elitistas, próprias de uma sociedade profundamente desigual que não reconhece a sua diversidade cultural e que não respeita as diferenças.

Os resultados e desdobramentos da atitude inovadora e diferenciada, no pensamento e na prática, em relação à cultura, inaugurada a partir da gestão Gilberto Gil, correm imensos riscos neste novo contexto. Mas devido à potência alcançada por aquelas políticas culturais pode ser que elas resistam de diversos modos ao retrocesso. A hipótese de que a vitória contra o governo golpista na luta pela manutenção do Ministério da Cultura em 2016 decorreu das mudanças ocasionadas pelas políticas culturais empreendidas não parece improvável. Ao ampliar o conceito de cultura, desenvolver políticas culturais mais abrangentes, ampliar a participação dos agentes e comunidades culturais, o ministério criou novas bases sociais para além dos artistas e pessoal de patrimônio, seus interlocutores usuais e mesmo público privilegiado dos órgãos, que antecedem a sua criação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Nacional das Artes (Funarte). Desde 2003, o ministério passou a interagir com setores culturais, mais amplos e diversos social e territorialmente, a maioria deles sem nenhum contato político-cultural anterior com o ministério ou mesmo com o estado nacional. Esta verdadeira reinvenção do ministério permite uma aposta na luta pela manutenção de determinadas políticas vitais para a cultura cidadã brasileira. Por óbvio que as condições serão difíceis, mas é possível imaginar que em sua vitalidade elas possam resistir aos retrocessos político-culturais. Estudos futuros serão necessários para comprovar ou negar tal hipótese.

Apesar dos avanços do período Gil e Juca, o ministério não conseguiu inscrever a cultura no modelo de desenvolvimento vigente nos governos Lula e Dilma. As presenças de Gilberto Gil e de Lula, em tempo simultâneo, engrandeceram as possibilidades de enlace entre cultura e desenvolvimento, sem conseguir, entretanto, colocá-lo em outro horizonte. Cabe registrar que a conquista da inserção da cultura no modelo de desenvolvimento não é nada simples, pois quase sempre os governos e os políticos encaram a cultura como conjunto de eventos, como cereja do bolo, como falou diversas vezes Gilberto Gil. As temporalidades distintas de realização da política e da cultura também afetam a desejada conexão entre cultura e desenvolvimento. Enquanto a política busca resultados muitas vezes em tempos curtos como alimentos para a cotidiana luta política, a cultura, em dinâmica oposta, para produzir resultados requer uma temporalidade mais longa, pois as mutações culturais são aquelas de mais difícil consecução. A cultura entranhada em corpos e mentes, sedimentada em instituições e valores precisa de mais tempo para sua transformação. Os descompassos temporais entre cultura e política,

deste modo, podem criar tensões muito difíceis para o enfrentamento e equacionamento político do lugar da cultura no modelo de desenvolvimento. Este talvez seja um dos maiores desafios existentes para as políticas culturais: fazer entender a cultura como dimensão essencial que perpassa e dá significados às relações humanas em sociedade e que, por conseguinte, torna-se condição fundante de qualquer desenvolvimento.

Nos governos de Lula e Dilma, o modelo de desenvolvimento privilegiou as suas dimensões econômico-sociais, com ênfase em considerar o social como componente imprescindível do desenvolvimento. A atenção com o social como fator imanente do desenvolvimento pode ser considerada marca destes governos e das experiências acontecidas na América Latina no século XXI. Esta atitude significa um avanço notável com relação à postura que reduz o desenvolvimento ao mero crescimento econômico, como, em geral, ocorre na perspectiva neoliberal, na qual o mercado se transforma no agente privilegiado do desenvolvimento.

Os avanços alcançados ao conectar umbilicalmente as dimensões econômica e social do desenvolvimento não se repetiram com outras esferas do desenvolvimento. As atitudes dos governos de Lula e de Dilma foram ambíguas em relação à dimensão ambiental, ainda que alguns avanços tenham sido obtidos. A dimensão política do desenvolvimento foi em medida razoável menosprezada pela assimilação dos dispositivos e procedimentos do sistema político existente, o que paralisou mudanças necessárias ao desenvolvimento político, com aprofundamento da democracia, da cidadania e de direitos. A aceitação implícita do corroído sistema político vigente e seus modos de funcionamento foi, não resta dúvida, um dos estopins da crise do governo Dilma.

Outra falta tão grave quanto a não inserção da cultura no modelo de desenvolvimento, atitude que exige maturação e alto grau de inovação em termos presentes e mundiais, igualmente ocorreu. Trata-se da realização de um processo de mudanças societárias significativas, intentado por via democrática, sem uma nítida atenção e disposição para a disputa pela hegemonia político-cultural, intelectual e moral, no dizer de Antonio Gramsci, no cenário da sociedade brasileira. Esta falta de atitude e de compreensão se mostrou desastrosa no embate político-cultural em tempos neoliberais, dada a potente vigência deste ideário no mundo e no Brasil, em especial em esferas da sociedade, como a grande imprensa, parcelas dos poderes judiciário e legislativo, classes dominantes e segmentos das classes médias. A desatenção com esta disputa foi patente na ausência de políticas de comunicação e de cultura capazes de lidar com a ausência de pluralismo, a partidarização exacerbada e a influência que a grande imprensa exerce sobre a opinião pública brasileira. Nesta perspectiva, a não democratização da imprensa e da comunicação midiática criou obstáculos imensos para o processo de democratização da sociedade em curso nos governos de Lula e de Dilma, caracterizados por amplas liberdades, pela superação paulatina das desigualdades sociais e pela conquista de direitos por parcelas importantes da sociedade brasileira.

Os significativos avanços propiciados pelas políticas culturais, em especial no governo de Lula, não podem silenciar a não efetivação da consciente promessa inscrita no discurso de posse do ministro Gilberto Gil. Ele disse que: “a política cultural do governo

Lula a partir deste momento (...) passa a ser vista como parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país” (Gil, 2013, p. 231). Esta não realização da disputa pela hegemonia e novos valores interdito, pelo menos por algum tempo, “a construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante” (Gil, 2013, p. 232).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Calabre, L. (2015). Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp. 33-48). Salvador: Edufba.
- Coutinho, C. N. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Chauí, M. (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Freyre, G. (1990). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gil, G. (2013). Discurso da solenidade de transmissão do cargo – Brasília. In G. Gilberto & J. Ferreira, *Cultura pela palavra. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010* (pp. 229-234). São Paulo: Versal.
- Guimarães, F. (2017). *Dissertação sobre Fundação Cultural Palmares*. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade [work in progress].
- Holanda, S. B. de (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jinkings, I.; Doria, K. & Cleto, M. (Eds.) (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Lima, V. A. de (2012). *Política de comunicações: um balanço dos governos Lula (2003-2010)*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Paiva Neto, C. B. (2017). Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In A. A. C. Rubim & F. P. Vasconcelos (Eds.), *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal* (pp. 15-61). Salvador: EDUFBA.
- Rocha, R. (2014). *Políticas culturais e televisão pública no Brasil. O processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação – Tv Brasil*. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Rubim, A. A. C. & Rubim, L. (2004). Televisão e políticas culturais no Brasil. *Revista USP*, 61, 16-28.
- Rubim, A. A. C. (2011). *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Rubim, A. A. C. (2015). Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp.11-31). Salvador: Edufba.
- Rubim, A. A. C. (2016). Teses sobre o financiamento e fomento à cultura no Brasil. In L. Valisti & G. Moller (Eds.), *Economia criativa, cultura e políticas públicas* (pp. 267-278). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Rubim, A. A. C. & Vasconcelos, F. P. (Eds.) (2017). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal*. Salvador: EDUFBA.

Rubim, A. A. C. (2017). Políticas culturais na América Latina: Cultura Viva Comunitária. Comunicação apresentada no Encontro Internacional de Gestores Culturais. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Schwarz, R. (2005). *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya.

Turenko, A. S. (2017). *Política cultural e democracia participativa: a experiência da elaboração do Plano Nacional de Cultura*. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Bahia, Salvador., Brasil

Turino, C. (2015). Cultura a unir povos. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 18, 66-75.

NOTA BIOGRÁFICA

Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia – Brasil.

E-mail: rubim@ufba.br

Endereço: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Departamento de Comunicação. R. Geremoabo, s/n Ondina, 40170240 – Salvador, BA – Brasil

* Submetido: 28-09-2017

* Aceite: 22-10-2017